



OS MINISTROS ANTONIO PALOCCI E GUIDO MANTEGA PARTICIPAM, AO LADO DE UM TENSO PRESIDENTE LULA, DE REUNIÃO SOBRE INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS AO MICROCRÉDITO, APOIO ÀS EXPORTAÇÕES E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Economia - Brasil

Medidas anti-recessão

Adriano Ceolin
Da equipe do **Correio**

As críticas ao aumento dos juros fizeram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocar, ontem, os presidentes dos bancos estatais federais para discutir medidas que ajudem a promover o desenvolvimento econômico. O encontro foi marcado logo após as primeiras repercussões negativas à elevação da taxa Selic, de 25,5% para 26,5%, pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

A reunião, que durou quatro horas e vinte minutos, teve a presença de oito ministros, a maior parte da área econômica. Entre eles, Antônio Palocci (Fazenda), Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento), Guido Mantega (Planejamento) e Dilma Rousseff (Minas Energia),

além de José Dirceu (Casa Civil) e Luiz Gushiken (Comunicação e Gestão).

A conversa serviu, sobretudo, para a formulação de alternativas de desenvolvimento econômico, mesmo com a alta dos juros. A decisão provocou protestos de empresários, sindicalistas e até de políticos do PT. Por isso, Lula convocou os presidentes do Banco do Brasil, Cassio Casseb, da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, e do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa.

E a Caixa já anunciou ontem sua primeira medida. Na segunda-feira, será lançado o Fundo de Investimento Financeiro (FIF) Fome Zero. Ele vai destinar para o programa federal de segurança alimentar a metade da taxa de administração que a Caixa cobra de cada investidor.

Mattoso estima que o FIF Fome Zero vai receber R\$ 500 milhões somente neste ano, o que renderia R\$ 12,5 milhões para o combate à pobreza.

Lula, entretanto, quer mais. Segundo o porta voz André Singer, o presidente orientou os dirigentes dos bancos a trabalharem em conjunto em projetos de desenvolvimento da infraestrutura econômica e social do país.

Isso significa, em particular, uma ação para o financiamento da pequena e média empresa, o apoio às cooperativas, o crédito à agricultura familiar, as obras de saneamento básico e habitação popular, o fomento às exportações e a geração de empregos, explicou Singer.

Apesar das críticas e de algumas análises pessimistas sobre o efeito da alta de juros, a deci-

são do Banco Central não tirou o sono do presidente. "Ninguém está feliz com o aumento dos juros, nem o presidente. A única alternativa será aprovar as reformas", disse Eduardo Eugênio Gouveia Vieira, presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, após encontro com Lula ontem à tarde.

O presidente reuniu-se também com a economista Maria Conceição Tavares, ex-deputada do PT que durante anos foi uma ácida crítica de medidas econômicas do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Acompanhados do chefe da Casa Civil, José Dirceu, eles tomaram café da manhã no Palácio da Alvorada.

Na saída do encontro, Dirceu também engrossou a lista de insatisfeitos com a alta dos juros. "É incompatível o aumento dos

juros e o crescimento econômico", afirmou, emendando com uma defesa de uma ação governamental independente do Banco Central. "Não podemos agir apenas com as políticas monetárias do BC", disse.

O ministro afirmou que o governo terá de resolver, por exemplo, a questão das tarifas públicas. Segundo Dirceu, o setor de energia, apesar de privatizado, "está em colapso" e é preciso encontrar uma fórmula para o setor público voltar a investir.

Dirceu negou, no entanto, que o governo pretenda promover a reestatização de empresas. "O Brasil sabe que isso não vai ocorrer", disse. Mas admitiu que o governo não assistirá passivamente ao que está acontecendo. "Com essa escalada de preços, a economia popular não suporta."

REFORMAS OU CAOS

Se o Congresso não aprovar as reformas previdenciária e tributária, o desempenho da economia brasileira vai se manter, na melhor das hipóteses, "mediocre", e na pior, há o risco de a inflação continuar em alta e o país perder a condição de pagar sua dívida. A afirmação é da revista inglesa The Economist, que publica encarte sobre o Brasil na edição que circula hoje. "Ele prometeu as coisas certas. Agora, precisa fazê-las", diz o editorial sobre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo a revista, sem as reformas qualquer perda súbita de confiança dos investidores no país "pode se transformar rapidamente em pânico". O sucesso de Lula, porém, beneficiaria os demais países da América do Sul, acredita a revista. "A região precisa e um exemplo positivo de continuidade democrática, combinada com ampla agenda de reformas."